

Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito

Critical thought, empirical research and theoretical emancipation of law

Ricardo Nery Falbo

Professor Adjunto de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: neryfalbo@gmail.com.

Artigo recebido em 15/03/2016 e aceito em 7/04/2016.

Resumo

A ausência de análise crítica dos modelos teóricos no campo da pesquisa jurídica constitui obstáculo epistemológico à produção de conhecimento científico. Este obstáculo está referido à ausência de problematização das funções teóricas e sociais dos modelos de investigação como condição fundamental da prática científica de natureza social. Esta situação de negatividade epistemológica produz como obstáculo científico a ausência de questionamento quanto ao processo de produção de formulação teórica, de construção metodológica e de investigação empírica no interior das unidades de produção e de circulação dos conhecimentos científicos. A emancipação científica do Direito quanto ao obstáculo definido por sua matriz cognitiva depende da intervenção da prática epistemológica no processo de desenvolvimento da prática científica. Pensar a emancipação do Direito supõe conhecer a contribuição do pensamento crítico como condição para pensar a crítica no Direito. Esta contribuição será analisada com base na teoria crítica de Horkheimer e Marx e no pensamento pós-colonial de Dussel e Grosfoguel. Ela tem por objetivo revelar a importância da visão epistemológica e da definição teórica da pesquisa científica. Este objetivo constitui o fundamento de uma proposta de construção de uma metodologia crítica de investigação para o Direito.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Pensamento Pós-Colonial; Pesquisa Empírica; Teoria do Direito; Metodologia do Direito

Abstract

The lack of critical analysis of theoretical models in the field of legal research constitutes an epistemological obstacle to the production of scientific knowledge. This obstacle is referred to the lack of questioning of theoretical and social functions concerning research models as a fundamental condition of scientific practice of social nature. This negative epistemological situation produces as a scientific obstacle the lack of questioning about the production process of theoretical formulations, methodological constructions and empirical researches inside the units of production and circulation of scientific

knowledge. The scientific emancipation of law regarding the obstacle defined by its cognitive matrix depends on the epistemological practice intervention in the development process of scientific practice. To think emancipation of law supposes to know the contribution of critical thinking as a condition to think critically in law. This contribution will be analyzed on the basis of Horkheimer's and Marx's critical theory and Dussel's and Grosfoguel's postcolonial thought. It aims to reveal the importance of epistemological view and theoretical definition of scientific research. This objective constitutes the basis of a proposal to build a critical research methodology to be used in law.

Keywords: Critical theory; Postcolonial thought; Empirical research; Legal theory; Legal methodology

Introdução

A ausência de análise crítica dos modelos teóricos no campo da pesquisa jurídica constitui obstáculo epistemológico à produção de conhecimento científico. Este obstáculo está referido à ausência de problematização das funções teóricas e sociais dos modelos de investigação como condição fundamental da prática científica de natureza social. A presença de sistemas ideológicos que operam como práticas científicas podem explicar a ausência de análise crítica. Esta situação de negatividade epistemológica produz como obstáculo científico a ausência de questionamento quanto ao processo de produção de formulação teórica, de construção metodológica e de investigação empírica no interior das unidades de produção e de circulação dos conhecimentos científicos. Neste sentido, o estatuto de cientificidade do conhecimento jurídico corresponde meramente a modelos teóricos formais de investigação. São estes modelos que constituem os verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento da prática científica no Direito, principalmente quanto à questão da dimensão empírica da investigação científica referida a configurações históricas e sociais determinadas.

Esta situação pode também ser explicada como consequência da preocupação mais burocrática dos pesquisadores quanto ao valor da questão prática, quanto ao papel da questão técnica na definição e realização de suas pesquisas. O obstáculo que essa circunstância constitui para o processo de produção científica do Direito diz respeito menos a um diagnóstico resultante do mapeamento da pesquisa jurídica no Brasil em determinado período do que à exigência de reflexão epistemológica no âmbito da investigação científica do Direito quanto ao caráter tradicional e formal da matriz cognitiva vigente de forma ainda hegemônica no País neste início do século XXI.

A emancipação científica do Direito quanto ao obstáculo definido por sua matriz cognitiva depende da intervenção da prática epistemológica no processo de desenvolvimento da prática científica. Ela pode ser descrita de acordo com a seguinte tese sobre a intervenção epistemológica na produção do conhecimento científico nas ciências sociais: “Todo o desenvolvimento de

uma prática científica (...) pressupõe a crítica e a anulação do obstáculo epistemológico dominante, provocando, no mesmo movimento, um deslocamento na hierarquia dos obstáculos. [No Direito, este obstáculo é ainda representado pelo idealismo dos pressupostos teórico-metodológicos do positivismo e do empirismo que caracterizam sua matriz cognitiva]. Esta anulação apenas é temporária e parcial. Ela depende em última instância da prática social” (CASTELLS, IPOLA, 1973:24).

É a instância da prática social em seu sentido ampliado que define o caráter materialista da epistemologia capaz de emancipar o Direito e que revela o problema da pesquisa empírica no âmbito dos aparelhos institucionais (institutos e centros de pesquisa e ensino do Direito). De forma mais específica, este problema consiste na “dificuldade” que enfrenta o Direito de reconhecer e operar no nível mais micro das relações jurídico-sociais concretas e investigar atores e processos sociais, ambiguidades e contradições sociais, relações e conflitos sociais referidos a configurações históricas determinadas. Orientado pela adoção inquestionável do paradigma da objetividade e da universalidade da ciência moderna, o Direito realiza ainda parte de suas investigações com fundamento na dicotomia que opõe ciência e senso comum, de um lado, e objetividade e subjetividade, de outro. A ausência de análise crítica pelo Direito produz como efeito a naturalização da modernidade e dos campos de conhecimento que ela produz e legitima como sistemas fechados. Assim, as oposições modernas entre ciência e filosofia, ciência e senso comum definem as estruturas de organização e desenvolvimento dos campos de conhecimento e as estruturas de “relacionamento” entre eles. Desta forma, as formulações científicas no Direito são frequentemente produzidas de forma independente da Filosofia quanto a reflexões sobre o próprio processo de produção do conhecimento. Esta ausência de reflexão epistemológica – que define a tradição da pesquisa no Direito como prática de investigação “idealista” e “naturalizada” - impossibilita a reflexão teórica e metodológica sobre a base material constituinte do fenômeno jurídico e fundamento da pesquisa empírica nas ciências sociais.

Por outro lado, quando o Direito busca sua emancipação epistemológica por meio do questionamento do paradigma da ciência moderna - e como resposta às críticas quanto à ausência de pesquisa empírica -, o problema desta pesquisa reaparece de forma duplicada segundo o modo como a atividade crítica responde pela articulação entre a construção do empírico “para dentro” do campo de investigação e a realização do social “para fora” do campo de investigação.

A primeira dimensão do problema diz respeito à crítica da modernidade quanto a discurso que circula no mundo acadêmico - e fora dele - e que é adotado no Direito de forma inquestionável como paradigma crítico e emancipatório em relação ao paradigma da ciência tradicional. Este discurso é o do paradigma da interdisciplinaridade. Considerada como discurso crítico, a interdisciplinaridade permitiria a abertura e a comunicação entre os diversos tipos de conhecimentos. Consequentemente, o Direito teria acesso a concepções teóricas e procedimentos metodológicos que lhe permitiriam realizar pesquisas empíricas. No entanto, a interdisciplinaridade não costuma ser problematizada no Direito como “ato de tensão disciplinar” (FALBO, 2010:01-18). Ela é simplesmente definida como expressão de “diálogo” entre práticas científicas especializadas, sem questionamento quanto ao caráter das contribuições entre os especialistas e da integração real entre as disciplinas.

A segunda dimensão do problema está referida à análise histórica da instauração, desenvolvimento e crise da modernidade ocidental como realidade histórica de natureza ideológica que ocultou e/ou dominou as especificidades das realidades sociais latino-americanas e brasileiras. No entanto, preocupação de natureza mais essencialista com tais especificidades tem traduzido expectativas idealizadas dos pesquisadores quanto aos fenômenos por eles investigados. Neste sentido, a “crítica jurídica” destes pesquisadores encontra dificuldades de ser considerada como “um saber específico que adquiriu relativa autonomia na relação com a totalidade social, mas que nem por isso deixa de instaurar o diálogo entre os marcos políticos do Direito e os pressupostos jurídicos da política” (WOLKMER, 2006:89). O diálogo é duplamente fragilizado, tanto dentro dos campos das teorias e dos

fenômenos como entre os referidos campos, e cede lugar a rupturas de natureza ontológica que impedem seja a construção da dimensão empírica da investigação referida à prática social da forma como ele existe em contexto histórico e social determinado.

Quanto à primeira dimensão do problema, o empírico figura na pesquisa jurídica como expressão de realidade que é referida a contextos e conjunturas históricas e sociais, que, embora determinadas, não são efetivamente investigados de acordo com as concepções teóricas e procedimentos metodológicos das ciências sociais. Quanto à segunda dimensão do problema, o empírico é considerado como realidade construída metodológica e teoricamente com base na utilização de concepções teóricas e procedimentos metodológicos próprios dos campos de conhecimento que fundamentam a crítica ao disciplinar por meio do interdisciplinar.

Pensar a emancipação do Direito - quanto ao obstáculo epistemológico à produção e ampliação de práticas científicas e filosóficas no campo das pesquisas jurídicas - supõe conhecer a contribuição do pensamento crítico como condição para pensar a crítica no Direito. Esta contribuição será analisada com base em dois conjuntos de concepções e argumentos. O primeiro será representado pela teoria crítica de Horkheimer e Marx; o segundo, pelo pensamento pós-colonial de Dussel e Grosfoguel. A opção quanto a estes autores - e às tradições que eles representam - exclui a contribuição efetiva da crítica jurídica de pensadores brasileiros, a começar pelos trabalhos de Roberto Lyra Filho. No entanto, se “a carência da teoria dialética do Direito (...) é a preocupação e a realização da Nova Escola Jurídica Brasileira” (LYRA FILHO, 1983:77), ela não foi superada por todas as experiências e pensamentos que, desde a segunda década do século XX no Brasil, “se aproximam e se interligam numa cumplicidade de ‘crítica jurídica’, denunciando as falácias do normativismo estatal e as abstrações míticas do formalismo legal-dogmático” (WOLKMER: 2006:96).

É este fato que justifica e explica o papel da visão epistemológica e da definição teórica da pesquisa científica quanto à proposta de construção de uma metodologia de investigação para o Direito.

1. Teorias e práticas da teoria crítica

A laboriosa atividade de colecionar, em todas as especialidades que se ocupam com a vida social, a compilação de quantidades enormes de detalhes sobre problemas, as pesquisas empíricas realizadas através de enquetes cuidadosas ou outros expedientes, que, desde Spencer, constitui uma boa parte dos trabalhos realizados nas universidades anglo-saxônicas, oferecem certamente uma imagem que aparenta estar mais próxima exteriormente da vida em geral dentro do modo de produção industrial do que a formulação de princípios abstratos e ponderações sobre conceitos fundamentais, em gabinete, como foi característico de uma parte da sociologia alemã. Mas isto não significa diferença estrutural do pensamento (HORKHEIMER, 1980: 119).

Esta citação de Horkheimer define uma das condições de possibilidade de distinção entre teoria crítica e teoria tradicional. Ela está referida à produção da pesquisa empírica quanto à questão de natureza metodológica. Ela descreve perspectivas e práticas que opõem e aproximam anglo-saxões e germânicos no campo da atividade científica. Parte destes produz princípios abstratos e conceitos sociológicos fundamentais de forma independente da investigação de realidade social determinada. Parte daqueles, com fundamento em pesquisa de realidade econômica particular, produz imagem aproximada do modo de produção industrial específico.

Por outro lado, eles não problematizam o modelo teórico de investigação que adotam no âmbito de suas pesquisas sociológicas. Eles procedem à realização de seus trabalhos de acordo com o papel e o valor da questão prática que definem o princípio de suas pesquisas de forma independente de análise crítica. Eles aproximam ontologicamente fenômenos naturais e fenômenos sociais. Eles reproduzem a eficácia dos modelos abstratos enquanto modelos universais e universalizáveis.

Segundo Horkheimer, estas características da pesquisa universitária definem o caráter tradicional das teorias sociológicas de universo particular de

anglo-saxões e germânicos como expressão da ausência de análise crítica. Participando da descrição e classificação das realidades sociais, as teorias tradicionais contribuem também para legitimar as descrições e classificações que definem os pressupostos metodológicos de toda pesquisa social. Neste sentido, é a lógica da Teoria Tradicional - que descreve e organiza a própria realidade social - constitui também todo princípio de mudança.

A crítica de Horkheimer tem por fundamento a existência de “teoria esboçada ‘de cima para baixo’ por outros, elaborada sem contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular” (HORKHEIMER, 1980:119).

Parece que seja o bom método de começar pelo real e pelo concreto, que constituem a condição prévia efetiva; então, em economia política, por exemplo, a população que é a base e o sujeito do ato social de produção, completamente. Entretanto, a olhar isto mais de perto, constata-se que existe aí um erro. A população é uma abstração quando se desprezam, por exemplo, as classes de que ela é constituída (MARX, 1957: 164-166).

Esta citação mostra a crítica de Marx à Economia Política quanto à questão de natureza metodológica que define o princípio desta “ciência empírica particular” fundamentado na ausência de análise crítica quanto às dimensões constitutivas e distintivas entre “concreto” e “abstrato”. Por meio da dialética, ele criticou o modelo explicativo dos economistas clássicos fundamentado nas leis naturais da economia, bem como a análise liberal dos mesmos quanto ao sistema econômico de produção. Ao definir o conceito de realidade concreta, Marx definiu também a condição da pesquisa empírica. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 1957: 164-166). Assim, considerando as distinções das relações sociais quanto aos níveis micro e macro de sua existência

Para Marx, o conhecimento das relações constituintes da realidade concreta através da análise crítica constitui exigência metodológica da ciência empírica. Do contrário, o ponto de partida do trabalho científico seria definido pelo erro da perspectiva que toma o abstrato pelo concreto, a aparência pela

realidade. Assim, partindo do abstrato ignorado como tal, a pesquisa científica constrói de forma acrítica o objeto empírico de sua investigação como condição efetiva sua realização, o que seria “bom” apenas na aparência, como suposta condição técnica da pesquisa. Para Marx, do ponto de vista metodológico, o que é “correto” é compreender que o concreto surge no pensamento como “ponto de chegada” da análise crítica resultante da reflexão dos pesquisadores - e não como reflexo da realidade social -, mas que ele é também “ponto de partida” da percepção imediata e da representação dos pesquisadores. Enfim, o concreto existe no pensamento como modo de apropriação e de reprodução do concreto enquanto concreto pensado, e nunca como forma de produção do concreto da forma como este é produzido e existe no mundo real das relações sociais e de suas interações.

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto humano, e como a organização de que a humanidade impôs a si na mesma época atual, aqueles sujeitos que se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo (HORKHEIMER, 1980: 130).

Esta citação de Horkheimer define o comportamento crítico como critério que permite distinguir teoria crítica de teoria tradicional. Ele define o comportamento crítico como a consciência que os sujeitos têm das rupturas existentes no mundo em que eles vivem como expressão das contradições resultantes da produção humana e histórica de sistemas econômico e cultural que são impostos ao homem pelo próprio homem numa determinada circunstância histórica. É essa consciência que explica a compreensão e a identificação dos sujeitos do comportamento crítico com o mundo em que eles vivem como expressão da vontade e da razão destes mesmos sujeitos críticos. Assim, o real concreto é constituído como produto da crítica de sujeitos conscientes (o pesquisador e o pesquisado, o “eu” e o “tu”) que se identificam e que são identificados historicamente com “o seu próprio mundo”, com o

todo e com suas partes, com o “sistema global” e com o “sistema econômico” e o “sistema cultural”.

A produção de idéias, de representações, da consciência é, antes de tudo, direta e intimamente imbricada na atividade material e comércio material dos homens. Ela é a língua da vida real. As representações, o pensamento e o comércio intelectual dos homens aparecem, aqui também, como emanação direta de seu comportamento material (...). Se em toda ideologia os homens e suas relações parecem estar de cabeça para baixo, como dentro de uma câmera obscura, isto resulta de seu processo de vida histórica, exatamente como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida diretamente física (MARX, ENGELS, 2007: 22).

Com o objetivo de questionar a autonomia hegeliana do espírito humano como sujeito da história quanto à atividade humana, esta citação de Marx e Engels define a relação íntima existente entre a produção das idéias e a produção de atividade material de acordo com o processo histórico. Assim, diferentemente de como havia pensado Hegel, são as transformações da realidade concreta - e não a mudança das idéias - que explicam a mudança do mundo. Para Marx e Engels, a afirmação segundo a qual caberia ao pensamento produzir as idéias “verdadeiras” e “libertadoras” é a afirmação de uma ideia falsa. Considerando a emancipação política da burguesia (projeto realizado) e a emancipação humana do proletariado (projeto a ser construído através de revolução social), Marx e Engels não hesitaram em reconhecer que “de todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é seu produto mais autêntico” (MARX; ENGELS, 1996, p. 76). A própria idéia de classe trabalhadora como classe social é compreendida não abstração e aparência da realidade, e sim como “síntese de múltiplas determinações”.

A transformação do todo, [ela] pode servir-se sem dúvida do trabalho teórico, tal como ocorre dentro da ordem desta realidade existente. Contudo, ele dispensa o caráter pragmático

que advém do pensamento tradicional como um trabalho profissional socialmente útil (HORKHEIMER, 1980: 131).

Esta citação de Horkheimer define outro critério de distinção entre Teoria Crítica e Teoria Tradicional: a orientação do comportamento do sujeito crítico para a emancipação. Como parte dos processos de produção das contradições sociais, o sujeito crítico é sujeito social consciente dos processos sociais de dominação e exploração. E ele não se submete às determinações do sistema social como se elas fossem realidades naturais e inquestionáveis. Ele mesmo condena o sistema social que produz contradições e dominação como sendo sistema que diz respeito a um mundo que não é o seu, e sim “do capital” (HORKHEIMER, 1980: 130).

Assim, a teoria do pesquisador (do “eu” como sujeito crítico) constitui elemento do processo crítico e transformador do mundo social vigente com o mesmo estatuto do produto da atividade do pesquisado (do “tu” como sujeito crítico) como parte do mundo. No entanto, os produtos destes sujeitos críticos não se confundem com a dimensão pragmática e funcional - com o papel classificatório, descritivo e ordenador – que caracteriza a Teoria Tradicional. Eles são orientados pela realização da transformação e emancipação do sistema social, mesmo que estes processos se desenvolvam de forma mais individualizada e particularizada contra as contradições e rupturas que caracterizam o mundo concreto em que vivem os homens de “carne-e-osso”.

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque -mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (MARX, 2010, p. 76).

Esta citação de Marx evidencia que os produtos do pensamento dos sujeitos críticos são orientados pela realização da transformação e emancipação do sistema social que desumaniza o homem na sociedade. Como expressão de protesto global contra as rupturas do sistema que sacrificam a

“essência humana”, “uma revolução social” não deixa de ser nem social nem global por ocorre apenas “em um distrito industrial”. Mesmo que eles se desenvolvam de forma mais individualizada através de sujeitos críticos mais particularizados, os processos sociais de protesto contra as contradições e rupturas do mundo concreto são orientados para promover mudança e emancipação.

Comparando com a época atual, a indústria consistia num grande número de pequenas empresas autônomas. A direção da fábrica era exercida por um ou mais proprietários ou seus encarregados diretos, de acordo com o grau de desenvolvimento técnico da época. Com a rápida e progressiva concentração e centralização do capital (...), a maioria dos proprietários jurídicos foi afastada da direção das grandes empresas em formação, que absorveram suas fábricas. (...). Surgem os magnatas industriais, os comandantes da economia (HORKHEIMER, 1980: 149).

O reconhecimento da passagem do capitalismo na sua forma liberal para o capitalismo na sua forma monopolista permitiu a Horkheimer inscrever as ações sócio-econômicas num tipo específico de configuração histórica e assim distinguir entre Teoria Crítica e Teoria Tradicional quanto ao que ele denominou de “diagnóstico do tempo presente”.

No capitalismo monopolista e na impotência dos trabalhadores diante dos aparelhos repressivos dos Estados autoritários, a verdade se abrigou em pequenos grupos de admiração, que, dizíamos pelo terror, muito pouco tempo tem para aprimorar a teoria. Os charlatões lucram com isto, e o estado intelectual geral das massas retrocede rapidamente (HORKHEIMER, 1980: 151).

O diagnóstico do tempo presente permitiu a Horkheimer pensar o capitalismo segundo relações que articulam de forma dialética processos de transformação e de manutenção da ordem econômica de produção. Assim, as mudanças e as permanências no sistema capitalista definem e são definidas por configuração histórica e social determinada. Por outro lado, o diagnóstico do tempo presente revelou a situação de “impotência dos trabalhadores” diante dos “aparelhos repressivos dos Estados autoritários”. Não podendo a ciência contar com a contribuição dos trabalhadores - e com a luta destes

contra uma realidade dificilmente percebida de forma clara, diante do retrocesso do “estado intelectual geral das massas”-, a tarefa de aprimoramento da ciência ficaria limitada a “pequenos grupos de admiração”.

Ao revelar a produção da teoria e da ciência com papel de mudança na história e na sociedade, o diagnóstico do tempo presente garantiu a Horkheimer chegar a duas outras conclusões. Primeira: caracterizar a Teoria Tradicional como artefato da ciência com pretensão de imparcialidade. Segunda: conceber a relação entre ciência e realidade, entre teoria e economia como relação de natureza social, e não como processo natureza intrínseca e absolutamente científica. Assim, a imparcialidade do cientista, da ciência e da teoria - que fazem parte do mundo e que estão referidos para o mundo - não constituiria senão “falsa idéia”. “Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é um processo intracientífico, mas também um processo social. Afinal, a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria” (HORKHEIMER, 1980:122).

As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana (MARX, 2008: 547).

Do ponto de vista social e econômico, esta citação deixa claro que Marx já havia pensado as ações sociais e as relações humanas de acordo com configuração histórica específica que inaugura a própria história humana. Afinal, ele reconheceu as relações de produção burguesa como sendo a última forma antagônica do processo social de produção. Além disto, ele concebeu o antagonismo que caracteriza o sistema destas relações como resultante das condições sociais de vida dos indivíduos e definiu a resolução do antagonismo social como resultante das forças materiais que o produziram.

2. Teorias e práticas do pensamento pós-colonial

Os dualismos simples (...) devem ser superados se eles são utilizados de maneira superficial ou redutora. Mas superar não implica 'decretar' sua inexistência ou sua inutilidade epistêmica. Ao contrário, (...) tais categorias binárias dialéticas devem ser recolocadas em níveis concretos da mais alta complexidade e articuladas a categorias mediadoras no nível micro (DUSSEL, 2008: 343).

Esta citação de Enrique Dussel, um dos fundadores e representantes do pensamento descolonial que surgiu na América Latina nas décadas de 60 e 70, constitui resposta à crítica que identifica na ética universalista da sua filosofia da libertação os fundamentos da modernidade ocidental. Ela é crítica da concepção e utilização das dicotomias modernas enquanto expressão de rupturas ontológicas que produzem no campo do conhecimento científico “dualismos” simples e superficiais, mutuamente excludentes, e que fundamentam, através da uniformidade e da homogeneidade que produzem, a universalidade abstrata característica da modernidade.

A superação dos “dualismos simples” constitui imperativo metodológico e exigência epistêmica do pensamento do filósofo argentino. Ela é operada através da distinção entre “dualismos simples” e “categorias binárias” e da definição destas últimas como categorias dialéticas. Assim, ao constituir o campo da “episteme” pela superação das formas reducionistas modernas, a dialética revela o campo das relações concretas - e das interações destas relações, com suas ambiguidades e contradições - que a define e que é por ele definida.

Como expressão de “níveis concretos da mais alta complexidade” e de “categorias mediadoras no nível micro”, o campo das relações concretas é também o campo da dialética destas relações, capaz de recepcionar as categorias binárias a serem deslocadas do campo epistêmico, tal como propõe Dussel. Assim, a dialética produz a mediação que garante a relação entre o campo da episteme e o campo das relações concretas enquanto campos dialéticos. Ela supera as rupturas ontológicas produzidas pelos dualismos

reducionistas que definem os fundamentos da modernidade enquanto propriedades fundadoras do campo epistêmico e do campo das relações concretas enquanto campos separados e isolados.

A dialética no pensamento de Dussel traduz a relação de integração dos processos dialéticos epistêmicos e concretos. Ela rompe com a lógica tradicional das oposições modernas que produz as rupturas ontológicas dentro do campo epistêmico e que as inscreve no campo das relações concretas para organizá-las como expressão de campos de relações que não se integram. Assim, centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, explorador e explorado, dominante e dominado, civilização e barbárie, abstrato e concreto, teoria e prática, totalidade e exterioridade, objetividade e subjetividade, ocidente e terceiro-mundo, dependência e libertação são categorias binárias de natureza dialética que desempenham dupla função. De um lado, elas contribuem para a produção do campo da “teoria” como campo das relações mais abstratas de nível macro e para a produção do campo da “prática” como campo das relações mais concretas de nível micro. De outro lado, elas participam da produção da relação de integração dos campos da teoria e da prática. “No entanto, supor que não há nem dominantes nem dominados, nem centro nem periferia, significa cair numa utopia perigosa e num pensamento reacionário. É chegada a hora, na América Latina, de caminhar na direção de posições mais matizadas, sem o fetichismo ou o terrorismo lingüístico, que, sem prova particular, caracteriza as posições antiquadas e obsoletas que são expressas numa linguagem que o locutor não aprecia” (DUSSEL, 2008: 343).

Neste sentido, a filosofia da libertação de Dussel afasta-se da concepção do pensamento descolonial que afirma a necessidade de um processo de dupla ruptura (liberação econômica e descolonização intelectual) na América Latina como condição de enfrentamento da pobreza nos países da região e de produção de um pensamento latino-americano original e autêntico. A virada epistemológica que fundamenta o mencionado afastamento revela a epistemologia das conexões que permite aproximar a filosofia da libertação das formas de pensamento que procuram enfrentar “a

retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial” (GROSFOGUEL, 2008: 138). Pensar o discurso da emancipação moderna na chave das cosmologias e epistemologias dos povos e nações historicamente subalternos e subalternizados na América Latina não significa insurgência radical contra o pensamento ocidental como expressão de tradição teórica e intelectual que tem sido historicamente testemunha, cúmplice e colaboradora da dominação histórica na América Latina. Neste sentido, a aproximação da filosofia da libertação de Dussel do pensamento de fronteira Grosfoguel desqualifica a crítica ao pensamento latino-americano como sendo manifestação de pensamento culturalista essencialmente provinciano, anti-ocidental e anti-europeu.

O pensamento de fronteira tem como postulado de base a afirmação segundo a qual “é preciso antes de mais nada arrancarmos aquela lógica pela qual nossas sociedades são irremediavelmente exteriores ao processo da modernidade e a sua modernidade só pode ser deformação e degradação da verdadeira” (MARTÍN-BARBERO, 2006: 23). Afinal, foi da América Latina que “partiu o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa ocidental como centro mundial de controle desse poder” (QUIJANO, 2006: 49). A crítica à lógica em questão é a crítica às dimensões constitutivas da modernidade, e ela permite descrever o postulado de base da epistemologia de fronteira segundo a distinção entre “colonialismo” e “colonialidade” e, por conseguinte, entre “descolonização” e “descolonialidade” (CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2005 ou 2007: 17).

A expressão e o conceito “colonialismo” dizem respeito às relações de poder político e jurídico impostas à América Latina desde a pretensa “descoberta do novo mundo” no século XVI. A categoria “descolonização” é usada como referência ao processo de libertação da América Latina quanto às referidas relações de poder desde o século XIX. No entanto, ao libertar a América Latina das relações de poder político e jurídico oriundas do colonialismo moderno, a descolonização não libertou a região de outras

formas de poder nascidas do colonialismo. Referidas a estruturas hierárquicas e a relações sociais tão distintas quanto diversas (de sexo e de gênero, culturais e epistêmicas, raciais e étnicas), estas formas de dominação sobrevivem ainda no século XXI e constituem objeto de reflexão do pensamento epistemológico de fronteira quanto ao reconhecimento da necessidade de uma segunda descolonização para completar a tarefa iniciada pela descolonização política e jurídica. Estas outras formas de poder são designadas pela categoria “colonialidade”, e a segunda descolonização, referida a esta dimensão constitutiva da modernidade ocidental, é chamada de “descolonialidade”.

Assim, as teorias do pensamento de fronteira explicam “totalidade” e “exterioridade”, “originalidade” e “inautenticidade”, “centro” e “periferia”, “dominante” e “dominado” - que constituem categorias binárias dialéticas determinadas e que definem campos específicos de relações epistêmicas e de relações concretas - segundo concepção histórica da história da modernidade com fundamento na dialética. Ao revelar a dialética que a constitui, a história da modernidade constitui a condição de superação do dualismo “Europa Ocidental” e “América Latina”, que, com seu caráter essencialmente ontológico e pretensamente universalista, fundamenta a impossibilidade da emergência do pensamento latino americano como pensamento crítico.

Fora da história não “é possível a novidade, o salto dialético que permite realizar o passo de um nível de realizações a outro, a emergência de formas inéditas de existência” (BONDY, 1982: 130). As teses do pensamento de fronteira e da filosofia da libertação não reivindicam formas inéditas de pensamento com a mesma qualidade que as rupturas modernas e ocidentais produziram através do dualismo simples representado pelo reducionismo ontologizante que tem histórica e modernamente caracterizado as categorias “novo” e “velho”. O caráter inédito do pensamento latino americano emerge precisamente como forma nova de pensar a modernidade e sua história em razão da crítica que conduz seus autores à análise dialética dos fatos históricos e das explicações tradicionais destes fatos. O caráter inédito da emergência e da existência do pensamento latino americano é definido pelo pensamento

crítico que revela e é revelado pelo desenvolvimento da dialética e da história da modernidade a partir da América Latina.

Assim sendo, o paradigma teórico que sustenta o pensamento de fronteira como pensamento crítico não apenas reconhece a globalização do capitalismo e a crise da modernidade ocidental como fatos históricos “novos” mas também não ignora a situação econômica e social de pobreza e dependência que ainda caracteriza os países que integram a América Latina. “O debate em torno da modernidade nos diz respeito porque (...) fala de nossa crise, ‘contém’ a América Latina: a resistência de suas tradições e a contemporaneidade de seus atrasos, as contradições de sua modernização e as ambigüidades de seu desenvolvimento, seu modernismo temporão e sua modernidade tardia e heterogênea. Esse debate se deu, além de tudo, em um cenário de reencontro das ciências sociais com a reflexão filosófica e desta com a experiência cotidiana: essa que, tanto ou mais que a crise dos paradigmas, está exigindo uma mudança não apenas de esquemas, mas sobretudo de perguntas” (MARTÍN-BARBERO, 2006: 22).

Assim, mais do que responder a problemas de natureza teórica e prática formulados pela crise ou pelo desenvolvimento da modernidade ocidental - ou mesmo pela era pós-moderna -, o pensamento de fronteira, como etapa no desenvolvimento histórico recente do pensamento crítico latino-americano, identifica nas experiências do cotidiano dos países da América Latina a base do questionamento das matrizes cognitivas tradicionais quanto a seus esquemas de problematização e modelos de explicação do universo latino-americano.

Nesta etapa de seu desenvolvimento, o pensamento latino-americano não se constitui como pensamento de emancipação orientado pelas oposições reducionistas que caracterizam os “dualismos simples” como meras rupturas epistêmicas e que funcionariam como meio de conscientização dos povos e que justificariam sua utilização por estes últimos na construção de retóricas políticas revolucionárias de libertação da América Latina em relação a seus alcoses históricos. Os representantes do pensamento de fronteira recusam a condição de profetas da libertação - de sua própria libertação ou da libertação

de qualquer outra forma de conhecimento ou saber -, bem como a condição de representantes daqueles que vivem experiências cotidianas de pobreza e exploração. “A filosofia da libertação [assim como o pensamento de fronteira do qual ela se aproxima] não representa ninguém nem fala em nome dos outros” (DUSSEL, 2008, p. 342). Ela tampouco se mostra mais preocupada com a ação eficaz do que com a teoria. Ela não se constitui como “uma filosofia que mostra as possibilidades desta ação e de suas possibilidades de eficácia” (ZEA, 2005: 484).

Caracterizado pela dialética - presente tanto nas relações epistêmicas como nas relações concretas -, o pensamento latino-americano neste início do século XXI dá sinais de reconstrução da “máquina para a descolonização intelectual e, portanto, para a descolonização política e econômica” (MIGNOLO, 2003: 76) a partir das cosmologias e das epistemologias da América Latina. Isto não significa ignorar o cotidiano das experiências nem negar tampouco as origens históricas dos países da região – “maldição que atravessa nossa América Latina (...) e que se assenta no critério (...) de modernizações sem modernidade” (ROSENMAN, 2008, 09. Tradução livre). Daí a necessidade de “ser vigilante e desconfiado ao extremo, a fim de evitar – pela crítica e a consulta à realidade – a recaída nos modelos alienantes de reflexão” (BONDY, 1982: 132. Tradução livre), assim como o modelo do conhecimento universal, que, abstraído de sua história e da história da realidade que lhe serve de fundamento, legitima a utilização sem questionamento de seus próprios mecanismos de sustentação, tais como os “dualismos simples”.

No entanto, a consulta à realidade e a valorização da história da América Latina não estão na base da produção de nenhuma visão - ou atitude - de natureza fundamentalista que venha a caracterizar o pensamento de fronteira como sendo pensamento do terceiro mundo assentado em particularismos essencialistas ou no ideal de um passado anterior à colonização européia. Como a realidade e o debate da modernidade e da globalização dizem respeito à América Latina, o pensamento de fronteira se constitui como pensamento crítico orientado pela preocupação de pensar a

universalidade - e a sua universalidade - como categoria tanto concreta como heterogênea.

3. Metodologia de investigação para o direito

A construção da metodologia de investigação para o Direito - que pode orientar a construção da metodologia de sua exposição - depende da visão epistemológica e da definição teórica da pesquisa científica como condição de realização desta última. Considerando que para o pensamento crítico (teoria crítica e pensamento pós-colonial) a crítica faz parte tanto da realidade histórica e social como da realidade teórica do campo das pesquisas acadêmicas e universitárias, é possível pensar a seguinte definição de pesquisa científica no Direito: campo da atividade crítica de fim teórico cuja trajetória é definida por momentos dialéticos que descrevem e relacionam dimensões práticas e teóricas referidas a campos específicos de relações e conhecimentos que transcendem a ciência e que são imanentes ao mesmo tempo à sua construção enquanto campo de investigação.

De forma independente da natureza legitimadora ou contestadora, conservadora ou revolucionária que possa fundamentar historicamente a pesquisa científica quanto ao possível uso político e social de seus resultados, a definição aqui proposta legitima de forma específica a compreensão correlata de metodologia da investigação. Ela constitui a condição fundamental definida por Horkheimer para distinguir entre teoria tradicional e teoria crítica. Ela é pensada de acordo com a ideia segundo a qual a pesquisa científica é trabalho organizado e desenvolvido com base em partes práticas e teóricas que expressam relações e conflitos e que se relacionam de forma dialética na constituição do campo da pesquisa científica - e que são por este também constituídas - como campo de atividade teórica e crítica.

Referido ao mundo das concreções dos homens encarnados e ao mundo das abstrações dos acadêmicos profissionalizados, o campo da pesquisa científica não se constitui nem como expressão essencial nem como

representação exemplar dos referidos campos considerados de forma isolada, nem tampouco com eles se confunde de forma absoluta. De acordo com Marx, ele diz respeito ao concreto pensado, e o concreto pensado, tanto para Marx como para Dussel, é caracterizado pelas contradições e ambiguidades que fazem parte do mundo que elas próprias ajudam a construir. Porque referido à ideia de unidade da diversidade, o concreto assim pensado permite criticar a ideia de unidade que define de forma homogênea a identidade do direito como “fenômeno” identificado com leis e códigos. A crítica de Marx à categoria “população” como sendo categoria concreta no pensamento dos economistas liberais fundamenta a crítica à concepção supostamente crítica e renovadora no Direito através das concepções e práticas consideradas como sendo de natureza interdisciplinar. Ainda que crítico da visão tradicional que identifica o fenômeno jurídico concreto com o estudo de leis e códigos fora de configuração histórica e social determinada, este Direito assim “renovado” revela com frequência estrutura cognitiva incapaz de distinguir a diversidade das dimensões históricas e sociais concretas, ambíguas e contraditórias, que orientam a construção do campo empírico da pesquisa de acordo com procedimentos metodológicos específicos.

Assim, este campo do direito – interdisciplinar – produz comumente a ontologização de seus objetos empíricos e dos procedimentos de sua investigação. Retirados dos contextos históricos e sociais de suas múltiplas determinações, projetos de leis e debates parlamentares, decisões de conflitos e debates judiciais, relações e conflitos sociais no cotidiano rotineiro das pessoas e dos movimentos sociais são definidos como sendo a dimensão empírica da pesquisa jurídica segundo esse “novo” Direito. Quando referido ao universo não questionado e descontextualizado de respostas a perguntas igualmente não problematizadas de entrevistas ou questionários, o empírico em questão é transformado em fenômeno observável como se ele fosse o retrato ou a imagem da realidade que lhe serve de base. O mesmo costuma ocorrer com a análise de normas legais, decisões judiciais, políticas públicas, cujas análises - frequentemente informadas por visões que não se orientam pela dialética existente no mundo de suas produções – procuram atender às

expectativas do pesquisador quanto às propriedades que eles atribuem aos referidos fenômenos pretensamente investigados.

O idealismo que caracteriza o “empírico abstrato” desse tipo positivista de investigação no Direito exclui como exigência metodológica das investigações jurídicas particulares a dialética que existe no mundo do homem encarnado. No entanto, é a dialética que permite operar de forma crítica a distinção de qualidade entre o concreto e o abstrato e de grau quanto aos níveis de concretude e de abstração. Sem a dialética não é possível compreender a produção e relação entre as dinâmicas e os processos, os atores e as agências, os debates e os embates, as ambiguidades e as contradições, as formas de opressão e as lutas por emancipação que constroem historicamente o mundo social e que servem de base para a construção metodológica da dimensão empírica da pesquisa jurídica. Com a abstração da dialética do campo da pesquisa jurídica, o empírico é comumente construído nominal e discursivamente como “sobre realidade” que procura atender às exigências de uma pesquisa supostamente interdisciplinar e fazer a crítica à visão e à prática disciplinares e tradicionais no Direito.

Embora em grau distinto, à ontologização dos objetos empíricos e dos procedimentos de sua investigação tem correspondido a ontologização dos objetos teóricos e de seus procedimentos de análise no campo da pesquisa “renovada” do Direito. Este processo de ontologização diz respeito à descontextualização dos processos de produção dos conhecimentos teóricos e dos procedimentos metodológicos e à utilização dos produtos destes processos, sem análise crítica, em contextos distintos e diversos. A utilização dogmática dos autores e de suas produções (classificações e conceitos teóricos, técnicas e procedimentos de investigação) é corolário da abstração dos contextos históricos e sociais, acadêmicos e intelectuais, capazes de explicar os produtos produzidos e os processos de produção que fazem parte das práticas científicas de seus autores.

O uso dogmático pelo Direito de produções científicas e/ou filosóficas descontextualizadas pressupõe a ausência de preocupação crítica quanto à “história” destas produções, às perspectivas e modelos de investigação de seus

autores, às preocupações sociais e motivações acadêmicas destes últimos, bem como quanto às contribuições e debates, aos conflitos e críticas entre os autores. A consequência que decorre da dogmatização das práticas e dos produtos científicos pelo Direito é a produção de anacronismos teóricos no campo da pesquisa jurídica. Eles comprometem a análise teórica do mundo social. O descolamento das teorias de sua base histórica e social não apenas traduz a ausência do comportamento crítico capaz de identificar as rupturas existentes no mundo como expressão das contradições dos sistemas econômico e cultural vigentes, mas ele também produz novas rupturas no campo da pesquisa jurídica como expressão de alienações epistêmicas. Estas últimas rupturas – ignoradas como tais – são a expressão do método e da ideologia das “dicotomias simples”, usadas de forma mecânica e sem questionamento no âmbito das pesquisas jurídicas.

Esta circunstância constitui obstáculo à produção de transformações reais e concretas quanto à matriz cognitiva do Direito. A superação deste obstáculo dependeria, por exemplo, de que as pesquisas jurídicas considerassem os fenômenos jurídicos e os fenômenos sociais de acordo com o “diagnóstico do tempo presente”. Este diagnóstico permitiria pensar a emancipação do direito pelo reconhecimento de que ele é expressão de relações que articulam de forma dialética processos de mudança e de manutenção tanto no direito como na sociedade segundo configurações históricas e sociais determinadas do tempo presente. Do ponto de vista do pensamento de fronteira e da epistemologia das conexões, estas configurações fazem parte das práticas científicas. O papel da Filosofia do Direito, como Epistemologia das conexões, consistiria em intervir no âmbito das práticas científicas no Direito de modo que as referidas configurações fizessem parte do universo das pesquisas jurídicas.

Caracterizado pela construção de problemas teóricos de pesquisa e pela formulação de hipóteses teóricas de investigação referidas à ideia de que a crítica e a teoria estão ancoradas na realidade de que elas fazem parte, o campo da pesquisa científica no Direito “renovado” não é construído como o resultado teórico e metodológico da produção teórica e metodológica das

partes teóricas e empíricas - e das relações entre estas partes - que constituem os trabalhos científicos produzidos pela problematização teórica e metodológica quanto à definição e à condição de possibilidade do interdisciplinar. Assim, num primeiro momento, a metodologia da investigação no Direito pode constituir de forma crítica o campo da pesquisa científica como atividade teórica resultante da reflexão epistemológica sobre a construção metodológica das dimensões empíricas e teóricas da investigação. Esta etapa da pesquisa científica constitui, num segundo momento, a condição fundamental na produção das formulações teóricas enquanto hipóteses ou teses que definem tradicionalmente “o ponto de partida” das práticas científicas particulares: o confronto das dimensões empíricas e teóricas, em sua complexidade, com suas ambiguidades e contradições, conflitos e problemas, define a condição de formulação de novos problemas teóricos de pesquisa.

A condição de verificação desta hipótese supõe que as partes constitutivas do primeiro momento – e que constituem o campo da pesquisa científica - sejam constituídas segundo modelo teórico que lhes confira o mesmo tratamento metodológico. A satisfação desta exigência representa imperativo metodológico necessário para que o segundo momento da pesquisa resulte da mediação operada pelo pesquisador entre as partes constituídas pelo primeiro momento. Ela garante a abordagem das partes práticas e teóricas do campo da pesquisa científica enquanto tipos distintos de conhecimentos que resultam de processos históricos e sociais determinados e que operam como meios de acesso à “realidade” destes mesmos processos. Neste sentido, as esferas dos fatos e das categorias práticos e teóricos podem ser consideradas como verdadeiras fenomenologias capazes de serem apresentadas e descritas, compreendidas e explicadas com base em relações e contextos próprios de produção que estas mesmas fenomenologias podem apresentar e descrever e ajudar a compreender e explicar.

A construção do objeto empírico de investigação pode ser metodologicamente realizada de acordo com a seleção dos elementos constitutivos da parte referente à prática social (instituições, normas, decisões,

pessoas, relações, ideias) que mais interessam ao pesquisador e que mais atendam a seus objetivos. Assim, por exemplo, se a preocupação teórica do pesquisador diz respeito ao pensamento e ao comportamento de indivíduos de determinado grupo ou situação social quanto a tema fundamental para sua pesquisa, seu objeto empírico poderá ser construído através de procedimentos metodológicos das ciências sociais, tais como a observação empírica dos indivíduos dentro do grupo escolhido ou a realização de entrevistas e/ou conversas com estes mesmos indivíduos, dentro do grupo ou fora dele.

A parte teórica da pesquisa pode ser metodologicamente construída pelo pesquisador através do trabalho de revisão crítica de obras de pensamento de autores que podem representar tradições teóricas e intelectuais por vezes distintas e diversas quanto a seus objetivos e preocupações. Fundamentada na análise de hipóteses e/ou teorias, conceitos e/ou classificações, a resultante deste trabalho constitui condição metodológica fundamental no processo de atualização ou superação de autores e pensamentos quanto à produção de hipóteses teóricas novas. O caráter crítico do trabalho de revisão pode ser definido segundo a preocupação com as ideias de continuidade e/ou ruptura, avanços e/ou limites na análise de autores e de suas ideias. Este trabalho pode ser orientado segundo a ideia que privilegia a revisão do pensamento centrada em temas e/ou autores. A escolha do (s) autor (es), por exemplo, implica também a definição do universo do pensamento do (s) autor (es) escolhido (s), quanto à(s) obra(s) específica(s) e determinada(s), o que depende dos interesses e dos objetivos do pesquisador.

Desta forma, a divisão do trabalho científico segundo o princípio metodológico da separação das partes produz rupturas ontológicas mais aparentes do que reais e mais relativas do que absolutas. Afinal, cada parte do campo da pesquisa científica é concebida como tipo específico de relação que está relacionado a contexto histórico específico e a campo social diverso, com relações e problemas particulares, com personagens e objetivos determinados, com classificações e representações próprias. Muito embora esta etapa do método produza tipos ideais genéricos e específicos de relações para cada

parte do campo da pesquisa, através da sistematização de ideias e temas, fatos e práticas, ela tem por objetivo rejeitar toda forma de essencialismo fenomenológico, de naturalização das vivências práticas e das experimentações teóricas e de pensamento filosófico social fundamento em rupturas. Por outro lado, “prática” e “teoria” não subsistem como realidades absolutamente autônomas no campo da pesquisa. Num primeiro momento, elas existem como relações construídas com base em seus contextos próprios. Elas constituem relações constitutivas de outras relações. Elas são relações que se relacionam entre si e que produzem relação nova de natureza diversa.

O caráter específico destas relações consiste na construção de relação que articula problema de pesquisa e hipótese de investigação enquanto relações de natureza teórica que são construídas com base na relação de confronto entre a parte prática e a parte teórica - principalmente quanto a seus problemas e interesses próprios - e que se constituem como parte nova do campo da pesquisa. A especificidade desta relação é definida também pelo caráter exploratório das partes práticas e teóricas do trabalho científico e pela “novidade teórica” que define a dimensão histórica e processual própria da pesquisa científica enquanto atividade teórica e crítica.

Como relações teóricas construídas pela atividade crítica que produz a novidade científica como realidade que não se confunde nem reproduz os campos teóricos e práticos, os problemas e as hipóteses de investigação não deixam de ser a expressão de relações construídas com base nestes mesmos campos. Elas podem ser abordadas de acordo com duas questões que se complementam. Primeira: o que existe da parte empírica na parte teórica nova? Segunda: a parte teórica nova confirma ou contesta as partes práticas e teóricas resultantes da fase exploratória da pesquisa? Estas questões caracterizam a análise crítica e a reflexão teórica que configuram o segundo momento no campo da pesquisa científica como campo do confronto e do diálogo. Elas têm por objetivo evitar que a relação dialógica se constitua como relação de subsunção por definição.

A metodologia de pesquisa aqui proposta se justifica pela possibilidade de apresentar e descrever a realidade empírica, construída como objeto de

investigação, através do reconhecimento da participação das personagens e atores que constroem a referência desta realidade fora do campo acadêmico e dentro do cotidiano de suas vidas cotidianas e rotineiras. Ela se justifica pelo fato de que os temas e problemas fundamentais revelados pela parte empírica permitem definir o universo teórico da revisão crítica e realizar a perspectiva teórica do segundo momento, no qual a realidade prática dos homens encarnados não é abandonada. Enfim, a visão epistemológica que justifica a metodologia aqui proposta consiste em pensar a produção do conhecimento científico não como relação entre sujeito (pesquisador) e objeto (pesquisado), e sim como conjunto de relações que articulam as diversas partes do campo da pesquisa científica como expressão de sujeitos críticos nos contextos práticos e teóricos de produção e percepção de suas experiências e vivências.

Considerações finais

O pensamento crítico de Horkheimer e Marx, como discurso contra hegemônico do centro, e o pensamento crítico de Dussel e Grosfoguel, como discurso contra hegemônico da periferia, foram analisados, respectivamente, de acordo com as seguintes categorias específicas: “teoria crítica” e “teoria tradicional”, “concreto” e “abstrato”, “dualismo simples” e “dualismo dialético”, “colonialidade” e “descolonialidade”. Elas permitiram reconhecer a ausência da análise crítica no âmbito da pesquisa jurídica e definir este estado de negatividade como obstáculo epistemológico à formulação teórica no Direito com fundamento em configurações históricas e sociais específicas.

Essa dimensão negativa que caracteriza ainda parte da produção do conhecimento jurídico no Brasil do século XXI foi explicada pela ausência da participação da Epistemologia do Direito no campo das práticas pretensamente científicas e pela presença de ideologias teóricas que organizam o funcionamento destes mesmos campos. De forma específica, este diagnóstico permitiu descrever as conseqüências reais e concretas do obstáculo epistemológico no campo da pesquisa jurídica como expressão da

ausência de realização de pesquisa empírica ou como expressão da ausência de compreensão do seu processo de produção no âmbito das ciências sociais. No primeiro caso, o estado negativo foi definido como condição de produção da ciência como sistema de conhecimento disciplinar fechado às influências ou determinações externas (teóricas ou práticas). No segundo caso, ele foi considerado como condição da produção da crítica à tradição disciplinar no Direito através da perspectiva interdisciplinar (com diálogo com teorias e práticas sociais). No entanto, o avanço da crítica na chave do interdisciplinar revelou os mesmos limites produzidos pela ausência de reflexão epistemológica no campo disciplinar do Direito. O empírico passou a existir no campo da pesquisa jurídica como expressão de “referência” ou de “retrato” que atribuem propriedades a práticas sociais que não foram investigadas.

O problema da pesquisa empírica no Direito foi explicado como consequência do uso ainda hegemônico do paradigma da ciência moderna no País. Ao definir de modo formal as práticas e as teorias científicas pela oposição às reflexões filosóficas e ao conhecimento de senso comum, o paradigma da ciência objetiva e universal foi identificado como uma das causas da ausência de reflexão filosófica sobre o processo de produção da ciência e da produção de alienações epistêmicas existentes no âmbito das pesquisas jurídicas.

Conseqüentemente, a ausência de sujeito crítico e de comportamento crítico nas pesquisas jurídicas definiu os próprios limites da emancipação teórica do Direito quanto ao uso metodológico e dogmático de concepções teóricas e procedimentos metodológicos de natureza crítica. Como alternativa a este estado de negatividade quanto à reflexão epistemológica no âmbito da produção de teorias científicas no Direito, e com base na contribuição da teoria crítica e do pensamento pós-colonial para alcançar este mesmo objetivo, foi apresentada proposta de pesquisa empírica como condição de emancipação teórica do Direito.

Fundamentada na distinção metodológica entre prática da sociedade e empiria da pesquisa e na distinção teórica entre empiria e teoria na pesquisa jurídica, a pesquisa empírica no Direito foi concebida segundo proposta

teórico-metodológica cujas condições de realização definiriam seus próprios limites. De um lado, as práticas científicas jurídicas foram concebidas como resultantes da articulação entre pesquisas teóricas e pesquisas empíricas, e estes dois processos de produção de conhecimentos foram considerados como função da reflexão epistemológica e da natureza crítica desta reflexão. A consequência problemática desta proposta é o reconhecimento segundo o qual a atividade epistemológica na produção das teorias científicas do Direito possa definir a Epistemologia como parte do Direito. Este problema de natureza interdisciplinar quanto à preservação da identidade dos referidos campos de conhecimento rebate também no problema da explicação quanto à necessidade e possibilidade de abertura e relação, quanto à necessidade de diálogo e comunicação entre Filosofia do Direito e Teoria do Direito.

Referências bibliográficas

BONDY, Augusto Salazar. ¿Existe una filosofía de nuestra América? España, Argentina, Colombia: Siglo XXI editores, 1982.

CASTELLS, Manuel, IPOLA, Emílio. Prática Epistemológica e Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*; na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Política de la liberación*; história mundial y crítica. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

FALBO, Ricardo Nery. “Sociologia e Direito: condições de possibilidade do projeto interdisciplinar” In *Revista da Faculdade de Direito da Uerj*. Rio de Janeiro: Uerj, vol. 1, pp. 01-18, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais*; transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, mar. 2008.

HORKHEIMER, M. "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LYRA FILHO, R. Humanismo Dialético. *Direito & Avesso*; Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Brasília: Edições Nair, 1983.

MARTÍN-BARRETO, Jesús. "Projetos de modernidade na América Latina" IN

DOMINGUES, José Maurício, MANEIRO, María (Orgs). *América Latina hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Ed. Sociales, 1957.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma de social" de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. "Teses sobre Feuerbach" in *A Ideologia alemã*. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. Prefácio. "Para a Crítica da Economia Política" In MARX, K.,

ENGELS, F. Marx-Engels. *Obras escolhidas em três tomos*. Tomo I. Lisboa: Edições «Avante!», 2008 [1859], pp. 545-549.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1996.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais; colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. “Os fantasmas da América Latina”. IN NOVAES, Adauto. *Oitos Visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006.

ROSENMAN, Marcos Roitman. *Pensar América Latina – El desarrollo de la sociologia latino-americano*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

WOLKMER, A.C. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ZEA, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.